



Considerações sobre Ecologia e Gestão dos Recursos Pesqueiros da Bacia do Alto Paraguai para a Política de Pesca de Mato Grosso

Princípios

Os recursos pesqueiros são recursos naturais renováveis e podem ser utilizados sem prejuízos ambientais, respeitando-se a capacidade de reposição dos estoques.

Trata-se de uma questão eticamente muito delicada decidir sobre o uso dos recursos pesqueiros, uma vez que a sociedade não investiu em sua produção, não fazendo sentido privilegiar alguns setores em detrimento de outros. A atitude mais ética, e que melhor concorre para a conservação, é o desfrute plural dos recursos pesqueiros por diferentes setores da sociedade.

A situação atual

A pesca é uma das principais atividades econômicas, sociais e ambientais realizadas na Bacia do Alto Paraguai, nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, onde é exercida nas modalidades profissional-artesanal, amadora (ou esportiva) e de subsistência.

Cerca de 6,7 mil pescadores profissionais-artesaniais encontravam-se em atividade na Bacia do Alto Paraguai em Mato Grosso, segundo o Registro Geral da pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA em 2008. Cerca de 16,7 mil pescadores amadores foram registrados pelo SCPESCA/MS no ano de 2008, mas não há estatísticas disponíveis em MT.

Embora ocorram cerca de 270 espécies de peixes no Pantanal, tanto a pesca profissional-artesanal como a amadora concentram-se sobre poucas espécies. O desembarque de pescado registrado pelo Siscomp/MT - Sistema de Controle e Manejo da Pesca/MT para a pesca profissional na BAP/MT de julho-2006 a junho-2007 foi equivalente a 1.359 toneladas. A captura recaiu sobre 17 espécies, sendo que apenas 9 responderam por 74% da produção. A maior parte da captura, 52%, foi de espécies carnívoras, 38% de espécies onívoras e apenas 10% de espécies detritívoras, as mais abundantes do ecossistema.

O rendimento da pesca depende da reposição natural dos estoques e da disponibilidade de peixes no ambiente. Isto, por sua vez, depende das decisões de manejo da pesca e, sobretudo, de fatores externos, que podem ser de origem natural ou antrópica (causados pelo homem). Os fatores naturais geralmente são cíclicos, sendo o principal no Pantanal a intensidade das inundações anuais. Os fatores antrópicos muitas vezes são irreversíveis (ou dificilmente reversíveis) e

**Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Centro de Pesquisa Agropecuária do Pantanal – Embrapa Pantanal**
Rua 21 de Setembro nº 1880 – Bairro N. S. de Fátima
Caixa Postal 109 CEP 79320-900 Corumbá – MS
Tel: +55 (67) 3234-5800 / 3234-5900 Fax: +55 (67) 3234-5815
www.cpap.embrapa.br – postmaster@cpap.embrapa.br

implicam alterações na qualidade do ambiente ou na manutenção dos processos ecológicos.

Em 1998 iniciou um ciclo de cheias menores na Bacia do Alto Paraguai que perdurou até pelo menos 2010. Nas duas últimas décadas, com o desenvolvimento desordenado da região, intensificou-se a ação de fatores antrópicos como: (1) erosão dos solos e o assoreamento dos rios; (2) barramento dos rios pela construção de represas hidrelétricas; (3) desenvolvimento urbano com aumento da descarga de dejetos domésticos e industriais e a remoção de matas ciliares; (4) contaminações dos principais rios da região por herbicidas e inseticidas; (5) introdução de espécies exóticas de peixes e moluscos; (6) mineração do ouro, transformação da paisagem e contaminação ambiental por mercúrio; (7) aumento do tráfego de grandes comboios de barcas, que causam desmoronamento dos diques marginais e das matas ciliares nas manobras.

Provavelmente este ciclo de cheias menores resulte em redução da capacidade suporte do ambiente para as populações de peixes, implicando diminuição natural dos estoques e, conseqüentemente em menor rendimento da pesca. Contudo, esses efeitos podem ser severamente agravados pela ação conjunta dos fatores antrópicos enumerados acima, mimetizando os efeitos de sobrepesca.

Crítica à adoção de um modelo único de “Cota Zero para a pesca Amadora”

Como é amplamente conhecido na ciência pesqueira, é um desafio para os gestores da pesca administrar a atividade durante os períodos de menor rendimento pesqueiro. Em função da complexidade da situação apresentada acima, fica claro que não é possível buscar uma solução adequada para o setor pesqueiro de Mato Grosso, simplesmente adotando-se a proposta do modelo “Cota Zero para a Pesca Amadora”.

Há fortes críticas relacionadas ao pesque-e-solte. Os peixes capturados e devolvidos estão sujeitos a estresse por fadiga e dano físico e, depois de solto, o peixe manipulado torna-se uma presa mais fácil e está sujeito à queda de seu desempenho reprodutivo e produtivo e à diminuição de resistência às doenças. Além disso, são desconhecidas as intensidades destes efeitos sobre os peixes devolvidos e, conseqüentemente, sobre as populações nativas de peixes do Pantanal. Desse modo, o pesque-e-solte deve representar mais uma opção, mas não o modelo único para a pesca amadora, considerando a falta de conhecimentos de seus efeitos sobre a ictiofauna local, a amplitude e a diversidade de áreas do Pantanal.

É preciso considerar, ainda, o desgaste institucional decorrente dessa medida. A pesca de abate é uma das principais opções de lazer dos cidadãos de Mato Grosso,

mas a eventual adoção da “cota zero” deverá ser igualmente aplicada para os pescadores amadores locais e oriundos de outras áreas.

Propostas para uma política de pesca

O momento se configura como uma oportunidade para desenvolver, de modo participativo, uma política clara para a pesca no Estado de Mato Grosso que contemple os interesses dos diferentes setores da pesca e promova um melhor retorno econômico, social e ecológico do uso dos recursos pesqueiros. A partir de então, forma-se uma base para articular com os demais setores da sociedade a busca de um modelo de desenvolvimento e ocupação do solo compatíveis com a conservação dos ambientes aquáticos, dos processos ecológicos e, conseqüentemente, dos recursos pesqueiros.

Como alavanca desse processo, sugerimos a implantação efetiva do Conselho Estadual de Pesca de Mato Grosso como o fórum no qual serão reunidos os atores sociais da atividade para a definição dos rumos da pesca, o debate de suas questões e a busca conjunta de soluções para o setor.

A partir de então, torna-se viável uma gestão junto aos órgãos de financiamento de pesquisa (Fapemat/MT, Fundect/MS, CNPq etc) para a formulação de editais voltados para projetos de pesquisa com o objetivo de estudar e buscar soluções para as questões da pesca em seus aspectos ecológicos, econômicos e sociais.

Em curto prazo, é importante distribuir o esforço de pesca sobre um maior número de espécies. Para tanto, podem ser criados mecanismos que permitam e facilitem a exploração de espécies sub-aproveitadas, como, por exemplo, o curimatá *Prochilodus lineatus*, espécie detritívora, base de cadeia alimentar e abundante, que já figurou como uma das principais espécies desembarcadas na Bacia.

Praticamente todo o pescado é comercializado *in natura*, fresco ou congelado e destinado principalmente aos mercados municipal e estadual. É preciso agregar valor a este pescado, desenvolvendo-se as cadeias produtivas do pescado e do couro de peixe. Assim, podem ser gerados novos empreendimentos e mais postos de trabalho, obtendo-se maior rendimento econômico e social por quilograma de pescado.

É estratégico criar um programa para certificação do “pescado do Pantanal”. Esses produtos destinam-se a um nicho especial de mercado, no qual os consumidores estão dispostos a pagar mais, uma vez que eles estão associados a valores como conservação ambiental e manutenção de comunidades tradicionais.

Uma alternativa é estimular a cooperação entre os setores da pesca, como, por exemplo, por meio do “turismo cultural de pesca”. Esta idéia foi testada em escala



piloto num projeto de pesquisa da Embrapa Patanal, identificando-se um novo produto a ser oferecido pelo setor turístico pesqueiro, bem como uma nova opção de renda para os pescadores profissionais-artesanais.

Conclusões

Em suma, cabe à SEMA/MT, como órgão gestor da pesca de Mato Grosso, o desafio de contornar os conflitos e balancear a distribuição de oportunidades entre os setores da pesca profissional e amadora no Estado.

A implantação do Conselho Estadual de Pesca de Mato Grosso pode contribuir para a formulação da política de pesca e compartilhar o ônus das decisões entre os atores.

No momento atual, além das decisões de manejo da pesca, os fatores externos, sobretudo as alterações ambientais em curso, são fatos concretos que comprometem a conservação do ambiente, dos recursos pesqueiros e, por conseguinte, da própria atividade de pesca.

Corumbá, MS, 4 de novembro de 2011

Equipe de Recursos Pesqueiros da Embrapa Pantanal